

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

2º SEMESTRE DE 2021



ATIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020 reapresentado	PASSIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	5	7.106	42.999	Depósitos a prazo		30.976	-
Instrumentos financeiros		16.985.556	16.392.399	Instrumentos financeiros		12.547.559	12.414.358
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	760.522	540.441	Repasses do país	10.1	11.608.201	12.032.528
Títulos e valores mobiliários	6	2.109.446	2.242.836	Empréstimos e repasses do exterior	10.1	936.840	381.830
Repasses interfinanceiros	7	132.221	-	Instrumentos financeiros derivativos	6.2	2.518	-
Operações de crédito	7	13.909.459	13.575.737	Outras obrigações		719.499	660.229
Devedores por compra de valores e bens	7	68.117	30.542	Fundos financeiros e de desenvolvimento	11	491.704	493.078
Avais e fianças honrados	7	5.791	2.843	Impostos e contribuições sobre o lucro		172.948	130.141
(-) Provisões por perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.2	(346.053)	(358.077)	Outros impostos e contribuições		14.810	8.928
Outros ativos		149.906	196.475	Outras obrigações	12	40.037	28.082
Rendas a receber		11.995	7.578	Provisões		140.955	145.146
Devedores por depósitos em garantia		89.604	91.330	Provisão para garantias financeiras prestadas	13	13.574	16.047
Outros créditos	8	14.680	31.613	Provisão para contingências	14	98.388	103.616
Ativos não financeiros mantidos para venda		34.125	66.786	Provisão para pagamentos a efetuar		28.993	25.483
(-) Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros mantidos para venda		(498)	(832)	Passivo atuarial	23	237.300	263.348
Créditos tributários	16.3	283.447	321.862	Obrigações fiscais diferidas	16.3	61.460	66.487
Investimentos		602	602	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		2.457	2.628
Imobilizado	9	40.776	40.131	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	3.398.314	3.099.861
Imobilizado de uso		70.437	68.288	Capital social		1.734.924	1.518.579
(-) Depreciação acumulada		(29.661)	(28.157)	Reservas de capital		-	1.720.353
Intangível	9	17.180	15.666	Reservas de lucro		1.770.620	-
Ativos intangíveis		46.745	40.124	Outros resultados abrangentes		(107.230)	(139.071)
(-) Amortização acumulada		(29.565)	(24.458)				
TOTAL DO ATIVO		17.138.520	16.652.057	TOTAL DO PASSIVO		17.138.520	16.652.057

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2º semestre		Exercício	
		2021	2020 reapresentado	2021	2020 reapresentado
Receitas de intermediação financeira		772.589	681.701	1.393.873	1.374.318
Operações de crédito	7.8	661.795	637.509	1.241.434	1.274.185
Resultado com títulos e valores mobiliários		103.064	43.875	155.181	99.816
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		7.730	317	(2.742)	317
Despesas de intermediação financeira		(388.650)	(320.011)	(627.301)	(759.778)
Operações com empréstimos e repasses	10.2	(351.306)	(295.917)	(592.687)	(661.164)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.6	(36.490)	(24.094)	(33.639)	(98.614)
Despesas de captação		(854)	-	(975)	-
Resultado da intermediação financeira		383.939	361.690	766.572	614.540
Outras receitas operacionais		62.121	34.037	110.778	67.310
Receitas de prestação de serviços	17	16.642	21.415	37.024	36.561
Outras receitas operacionais	18	45.479	12.622	73.754	30.749
Despesas operacionais		(186.066)	(166.362)	(338.972)	(295.928)
Despesa com pessoal	19	(106.680)	(105.941)	(199.108)	(189.551)
Outras despesas administrativas	20	(35.301)	(30.444)	(58.132)	(52.433)
Despesas tributárias	16.1	(21.625)	(16.961)	(39.714)	(32.631)
Outras despesas operacionais	21	(22.460)	(13.016)	(42.018)	(21.313)
Despesas com provisões		(6.429)	(7.283)	(20.041)	(13.760)
Trabalhistas		(4.373)	(5.373)	(9.400)	(9.470)
Cíveis e fiscais		(1.898)	(1.346)	(5.836)	(3.702)
Garantias financeiras prestadas		(158)	(564)	(4.805)	(588)
Resultado operacional		253.565	222.082	518.337	372.162
Outras receitas e despesas		15.262	(2.159)	16.467	(2.183)
Resultado antes dos tributos e participações		268.827	219.923	534.804	369.979
Impostos sobre o lucro	16.2	(125.835)	(97.420)	(251.958)	(158.409)
Corrente		(118.865)	(93.605)	(220.298)	(166.701)
Diferido		(6.970)	(3.815)	(31.660)	8.292
Participações no lucro		(6.875)	(6.282)	(16.234)	(12.264)
RESULTADO LÍQUIDO		136.117	116.221	266.612	199.306
Resultado líquido por ação (lotes de 1000 ações)		0,08	0,08	0,15	0,13

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

	2º semestre		Exercício	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do período	136.117	116.221	266.612	199.306
Itens que podem ser reclassificados para o resultado				
Ativos financeiros disponíveis para venda	(316)	368	1.731	49
Variação do valor de mercado	(574)	669	3.148	89
Efeito tributário	258	(301)	(1.417)	(40)
Itens que não podem ser reclassificados para o resultado				
Benefício pós-emprego	30.068	14.630	30.424	13.503
Variação do passivo atuarial	33.585	13.048	33.585	13.048
Efeito tributário	(3.517)	1.582	(3.161)	455
Total dos outros resultados abrangentes	29.752	14.998	32.155	13.552
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	165.869	131.219	298.767	212.858

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

	Capital social		Reservas de capital		Reservas de lucro	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
	Capital Social	Aumento de Capital	Fundo Regimental	Outros	Fundo Regimental			
Saldos em 01/07/2020	1.466.793	-	1.655.209	709		(154.069)		2.968.642
Ajustes de títulos disponíveis para venda						368		368
Ajuste reavaliação benefícios pós emprego						14.630		14.630
Aumento de capital	51.786		(51.786)					-
Lucro líquido do semestre							116.221	116.221
Constituição de reservas					116.221		(116.221)	-
Saldos em 31/12/2020	1.518.579	-	1.719.644	709		(139.071)	-	3.099.861
Saldos em 01/07/2021	1.518.579	89.850	-	-	1.760.998	(136.621)	-	3.232.806
Ajustes de títulos disponíveis para venda						(316)		(316)
Ajuste reavaliação benefícios pós emprego						29.707		29.707
Aumento de capital	216.345	(89.850)			(126.495)			-
Lucro líquido do semestre							136.117	136.117
Constituição de reservas					136.117		(136.117)	-
Saldos em 31/12/2021	1.734.924	-	-	-	1.770.620	(107.230)	-	3.398.314
Saldos em 01/01/2020	1.270.593	72.600	1.695.724	709	-	(152.623)	-	2.887.003
Ajustes de títulos disponíveis para venda						49		49
Ajuste reavaliação benefícios pós emprego						13.503		13.503
Aumento de capital	247.986	(72.600)	(175.386)					-
Lucro líquido do exercício							199.306	199.306
Constituição de reservas					199.306		(199.306)	-
Saldos em 31/12/2020	1.518.579	-	1.719.644	709	-	(139.071)	-	3.099.861
Saldos em 01/01/2021	1.518.579	-	1.719.644	709	-	(139.071)	-	3.099.861
Reclassificação contábil	-	-	(1.719.644)	(709)	1.720.353	-		-
Ajustes de títulos disponíveis para venda						1.731		1.731
Ajuste reavaliação benefícios pós emprego						30.110		30.110
Aumento de capital	216.345				(216.345)			-
Lucro líquido do exercício							266.612	266.612
Constituição de reservas					266.612		(266.612)	-
Saldos em 31/12/2021	1.734.924	-	-	-	1.770.620	(107.230)	-	3.398.314

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

	2º Semestre		Exercício	
	2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do período ajustado	195.444	260.268	383.189	412.593
Lucro líquido do período	136.117	116.221	266.612	199.306
Ajuste por:				
Depreciação e amortização	3.887	3.097	7.336	6.269
Ajuste a valor de mercado – ativos e passivos	(8.409)	(568)	10.986	(568)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	36.490	24.094	33.639	98.613
Provisão para garantias financeiras prestadas	(3.644)	(3.555)	(2.315)	(7.763)
Provisão para contingências	1.432	714	8.735	4.206
Provisão atuarial, líquido de reversões	22.601	116.450	25.019	118.869
Provisão para perdas esperadas de outros ativos	-	-	1.517	1.953
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.970	3.815	31.660	(8.292)
Redução / (aumento) de ativos operacionais	(957.290)	(61.652)	(335.399)	(145.041)
Títulos e valores mobiliários	(121.380)	125.327	164.890	(10.431)
Repasse interfinanceiros	(132.221)	-	(132.221)	-
Operações de crédito	(710.567)	(170.855)	(379.385)	(127.029)
Outros instrumentos financeiros	(36.162)	(5.859)	(40.523)	(15.912)
Outros créditos	37.525	(8.984)	45.053	7.835
Créditos tributários	5.515	(1.281)	6.787	496
Aumento / (redução) de passivos operacionais	871.589	(165.433)	164.570	(508.730)
Instrumentos financeiros	700.726	(219.964)	125.188	(648.683)
Outras obrigações	238.349	177.404	251.920	428.565
Provisões	(9.444)	(1.617)	(10.612)	(12.155)
Passivo atuarial e obrigações fiscais diferidas	(58.867)	(114.943)	(56.128)	(119.761)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(28.598)	(20.390)	(177.469)	(166.701)
Resultado de exercícios futuros	32	(922)	(170)	(3.548)
Ajustes de avaliação patrimonial	29.391	14.999	31.841	13.553
Caixa gerado / (utilizado) nas atividades operacionais	109.743	33.183	212.360	(241.178)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
(Aumento) / Redução em TVM mantidos até o vencimento	(21.260)	83.529	(18.677)	245.449
Aplicação no intangível	(2.251)	(3.871)	(6.925)	(5.020)
Aquisição de imobilizado de uso	(1.947)	(2.856)	(2.637)	(3.722)
Alienação de imobilizado de uso	4	39	67	44
Caixa gerado / (utilizado) nas atividades de investimento	(25.454)	76.841	(28.172)	236.751
Aumento / (redução) no caixa e equivalente de caixa	84.289	110.024	184.188	(4.427)
Modificação na posição financeira				
Saldo de caixa e equivalente de caixa no início do período	683.339	473.412	583.440	587.867
Saldo de caixa e equivalente de caixa no fim do período	767.628	583.436	767.628	583.440
Aumento / (redução) no caixa e equivalente de caixa	84.289	110.024	184.188	(4.427)

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

	2º Semestre		Exercício	
	2021	2020	2021	2020
Receitas	841.915	717.348	1.521.010	1.451.557
Intermediação financeira	764.525	680.414	1.396.733	1.371.697
Prestação de serviços	16.643	21.415	37.025	36.561
Provisão para garantias financeiras prestadas	3.644	3.555	2.315	7.763
Outras	57.103	11.964	79.168	35.536
Despesas	393.170	324.359	649.481	765.428
Despesas de intermediação financeira	345.450	295.917	593.386	661.164
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	36.490	24.094	33.639	98.613
Outras	11.230	4.348	16.687	5.651
Insumos adquiridos de terceiros	47.034	46.445	89.203	86.303
Materiais, energia e outros	43.515	42.675	82.278	78.632
Serviços de terceiros	3.519	3.770	6.925	7.671
Valor adicionado bruto	401.711	346.544	782.326	599.826
Depreciação e amortização	3.887	3.097	7.336	6.269
Valor adicionado total a distribuir	397.824	343.447	774.990	593.557
Distribuição do valor adicionado	397.824	343.447	774.990	593.557
Pessoal	89.701	91.928	165.029	162.128
Remuneração direta	64.005	54.917	119.303	107.320
Benefícios	21.791	32.819	37.548	46.587
FGTS	3.905	4.192	8.178	8.221
Impostos, taxas e contribuições	164.440	128.393	325.751	218.464
Federais	163.257	127.265	323.192	216.256
Estaduais	27	7	69	49
Municipais	1.156	1.121	2.490	2.159
Remuneração de capitais de terceiros	691	623	1.364	1.395
Aluguéis	691	623	1.364	1.395
Remuneração de capitais próprios	142.992	122.503	282.846	211.570
Participação no resultado	6.875	6.282	16.234	12.264
Lucros retidos no período	136.117	116.221	266.612	199.306

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul ("BRDE") é uma instituição financeira pública de capital fechado constituída sob a forma de convênio celebrado entre seus estados controladores: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Como instituição financeira propulsora do desenvolvimento regional, o BRDE tem como finalidade promover e liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social, através do planejamento e do apoio técnico e creditício de longo prazo, tendo como principais atividades:

- I. Empréstimos e financiamentos;
- II. Prestação de garantias;
- III. Investimentos;
- IV. Prestação de serviços;
- V. Convênios de qualquer natureza;
- VI. Outras modalidades compatíveis com a natureza da instituição e autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

Sujeita-se, por ter personalidade jurídica de direito privado, às regras aplicáveis às empresas privadas no que se refere às obrigações trabalhistas, tributárias, cíveis e comerciais definidas no ordenamento jurídico e como instituição financeira sujeita às regras definidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

O BRDE tem sua sede localizada na rua Uruguai, 155, Centro, Porto Alegre – RS, e possui 1 agência operacional em cada capital dos estados controladores: Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Aprovação e moeda funcional das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o Real (R\$) e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

Estas demonstrações financeiras, após apreciação do Comitê de Auditoria e da Diretoria, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 24 de março de 2022.

2.2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as regulamentações do BACEN e do CMN, e com base nas disposições da Lei das Sociedades por ações, desde que não sejam conflitantes com as regulamentações emanadas pelos órgãos reguladores.

A apresentação das demonstrações está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro – COSIF e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que foram recepcionados pelos órgãos reguladores.

O Balanço Patrimonial está apresentado por ordem de liquidez e de exigibilidade, para as contas do ativo e do passivo, respectivamente, conforme prerrogativa prevista no art. 23 da Resolução BACEN nº 2/2020, sendo a segregação dos valores em curto e longo prazo apresentada na nota 4.

Está sendo efetuada a reapresentação do saldo abaixo elencado relativo as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, para fins de comparação, oriundos de reclassificações por retificação de erro, nos termos do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:

Conta	31/12/2020 Apresentado	Valor Reclassificado	31/12/2020 Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO			
Disponibilidades	583.440	(540.441)	42.999
Instrumentos financeiros: aplicações interfinanceiras de liquidez	-	540.441	540.441
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – 2º SEMESTRE DE 2020			
Resultado com títulos e valores mobiliários	3.997	39.878	43.875
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	40.195	(39.878)	317
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – EXERCÍCIO DE 2020			
Resultado com títulos e valores mobiliários	12.143	87.673	99.816
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	87.990	(87.673)	317

A reclassificação de aplicações em fundos de investimentos, de conversibilidade imediata, de disponibilidades para aplicações interfinanceiras de liquidez, tem como objetivo a correta classificação dos saldos por natureza. O Banco revisou a sua interpretação e reclassificou tais valores como aplicações interfinanceiras de liquidez no Balanço Patrimonial, pelo fato de ser equivalente de caixa já consta evidenciado na nota explicativa 5 e nas demonstrações dos fluxos de caixa.

O valor reclassificado de resultado com instrumentos financeiros derivativos anteriormente apresentado em 31 de dezembro de 2020, foi somado ao resultado com títulos e valores mobiliários. O Banco revisou a sua interpretação e reclassificou tais valores para melhor divulgar o resultado com instrumentos financeiros derivativos.

2.3 Integrantes do conglomerado prudencial

- Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE
- BB Polo 27 Fundo de Investimento de Renda Fixa

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Apuração do resultado

É apurado pelo regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério de *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

3.2 Caixas e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos das disponibilidades (saldo das contas correntes no Brasil e no exterior) e títulos, entre todos que compõem a carteira de fundo de investimentos, cujo vencimento seja igual ou inferior a 90 dias da aquisição e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

3.3 Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN n.º 3.068/2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da Administração, em três categorias, a saber:

- Títulos para negociação - avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para a venda - atualizados com base nas condições intrínsecas em contrapartida ao resultado do semestre, e ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido; e
- Títulos mantidos até o vencimento - atualizados com base nas condições intrínsecas, em contrapartida ao resultado do período.

3.4 Instrumentos financeiros derivativos

Conforme Circular BACEN n.º 3.082/2002 são classificados, na data da sua contratação, como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, de acordo com a intenção da administração. Entre os diversos tipos de instrumentos derivativos, o BRDE opera com a modalidade *swap*.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas pelo seu valor justo, considerando as metodologias de marcação a mercado adotadas pelo BRDE. O método de reconhecimento dos ganhos e perdas resultantes das operações pode ser contabilizado no resultado ou no patrimônio líquido, dependendo da categoria da contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting* adotada.

Os instrumentos designados para fins de *hedge accounting* podem ser classificados de acordo com sua natureza nas seguintes categorias:

- *Hedge* de risco de mercado: nessa categoria são classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*, sendo que os valores dos ganhos e perdas, realizados ou não, registrados em conta de resultado;
- *Hedge* de fluxo de caixa: nessa categoria são classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar variações no fluxo de caixa estimado da instituição, sendo que os valores dos ganhos e perdas, líquidos dos efeitos tributários, registrados em conta do patrimônio líquido.

As informações detalhadas das operações envolvidas, suas estratégias, os objetivos da gestão de risco, contemplando a sua efetividade, são documentadas desde o início das operações a fim de evidenciar seus principais elementos envolvidos, quais sejam:

- Objetivo do hedge;
- Classificação e estratégia do hedge;
- Procedimentos internos de escrituração;
- Identificação de objeto e instrumento de hedge;

- Testes e demonstração da efetividade.

3.5 Operações de crédito, outros créditos com características de operações de crédito

Estão demonstradas ao valor de realização acrescidos, quando aplicáveis, e em base "pro rata" dia, dos rendimentos auferidos no período, com base na variação do indexador e da taxa de juros contratada e deduzidas do valor de rendas a apropriar.

A atualização das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas após o 60º dia só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Quando contratadas, e de acordo com parâmetros definidos pelo BRDE, as operações de crédito são classificadas em nível de risco, que varia de "AA" (menor risco) a "H" (maior risco). Este risco pode mudar por reavaliações periódicas ou conforme o atraso, obedecendo rigorosamente o estabelecido na Resolução CMN n.º 2.682/1999.

As operações em atraso classificadas no pior nível ("H"), permanecem nesse nível por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas, que não tenham sido transferidas para compensação, são classificadas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam na data da renegociação, enquanto que, as que já estavam em compensação são classificadas em "H". Todavia, em ambos os casos, admite-se a classificação para níveis melhores sempre que houver uma amortização significativa ou ocorrência de fato relevante que justifique a melhora.

3.6 Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, efetuada com base nos percentuais mínimos estabelecidos nas normas do BACEN, e complementada por provisões adicionais em relação ao mínimo exigido pela regulamentação, é fundamentada na análise de cada operação e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos das carteiras.

3.7 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos

O BRDE revisa periodicamente se há alguma indicação de perda no valor recuperável dos ativos (*impairment*), e, quando identificadas, são reconhecidas no resultado do período

3.8 Imobilizado

Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais que levam em consideração a vida útil dos bens:

	Taxas
Imóveis	4% a.a.
Instalações, Equipamentos e Sistemas de Comunicação e Segurança	10% a.a.
Sistemas de processamento de dados e Veículos	20% a.a.

3.9 Intangível

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos softwares, amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso. A entidade avalia, ao fim de cada período de reporte, se houve alguma indicação de que um ativo intangível tenha sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo.

3.10 Obrigações por repasses

São demonstradas pelos valores das exigibilidades considerando os encargos e variações monetárias ou cambiais até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata* dia

3.11 Impostos e contribuições

A relação dos impostos e contribuições sobre o lucro e sobre o resultado ao qual o BRDE está sujeito a calcular e recolher estão discriminados na nota explicativa 16 bem como as respectivas alíquotas vigentes na data de encerramento deste semestre.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social, apurados nas alíquotas a serem praticadas a partir de 2021, são constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. De acordo com o disposto na Resolução CMN n.º 4.842/20, a expectativa de realização dos referidos créditos e obrigações da instituição, demonstrado na nota 16.3, está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico elaborado pela Administração.

3.12 Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/09 e Carta Circular BACEN n.º 3.429/10.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como praticamente certa a realização do ativo.

Passivos contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes

com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das mesmas possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, baseados em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados, apesar da incerteza inerente ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras.

3.13 Passivo atuarial

O Banco é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, cuja principal finalidade é a de manter planos de aposentadorias e pensões (nota 23). O regime atuarial de apuração do custo e contribuições dos planos é o de capitalização, avaliado anualmente por atuário independente.

Os ganhos ou perdas atuariais reconhecidas de um determinado período correspondem a aumentos ou reduções no valor presente da obrigação de benefício definido em razão de mudanças em premissas atuariais e dos ajustes pela experiência.

Os benefícios pós-emprego são reconhecidos na demonstração do resultado da seguinte forma:

- Custo do serviço corrente: aumento do compromisso do plano (obrigações atuariais) resultante do serviço prestado pelo empregado no período, ou seja, em função da "aquisição" do direito pelo tempo da prestação do serviço por mais um período.
- Custo de juros sobre a obrigação atuarial: definido como o aumento, durante o período, no valor presente das obrigações como resultado do transcurso do tempo.
- Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido: compreendem ganhos e perdas atuariais, retorno sobre os ativos do plano excluindo valores considerados nos juros líquidos do benefício definido e qualquer mudança no efeito do teto de ativo excluindo os valores considerados nos juros líquidos de benefício definido.

3.14 Demais ativos e passivos

Demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo, quando for aplicável: (i) os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia e (ii) os efeitos dos ajustes para reduzir o custo de ativos ou seu valor de mercado ou de realização.

4. SEGREGAÇÃO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Em atendimento ao parágrafo único do art. 23 da Resolução BACEN nº 02/2020, apresentamos, para os itens patrimoniais, a segregação circulante e não circulante.

Item patrimonial - ATIVO	2021		2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante (reapresentado)	Não Circulante
Disponibilidades	7.106	-	42.999	-
Títulos e valores mobiliários	2.840.017	29.951	2.764.124	19.153
Repasses interfinanceiros	16.317	115.904		
Operações de crédito	2.579.081	11.330.378	2.429.374	11.146.363

Devedores por compra de valores e bens	8.430	59.687	4.128	26.414
Avais e fianças honrados	5.444	347	1.108	1.735
(-) Provisão perdas esperadas assoc. risco de crédito	(75.410)	(270.643)	(42.265)	(315.812)
Rendas a receber	11.995	-	7.578	-
Devedores por depósitos em garantia	-	89.604	-	91.330
Outros créditos	14.680	-	25.321	6.292
Ativos não financeiros mantidos para venda	-	34.125	66.786	-
(-) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros mantidos para venda	-	(498)	(832)	-
Créditos tributários	-	283.447	-	321.862
Investimentos	-	602	-	602
Imobilizado	-	40.776	-	40.131
Intangível	-	17.180	-	15.666

Item patrimonial - PASSIVO	2021		2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósitos a prazo	-	30.976	-	-
Repasses do país	2.695.988	8.912.213	2.390.672	9.641.856
Empréstimos e repasses do exterior	87.275	849.565	23.826	358.004
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.518	-	-
Fundos financeiros e de desenvolvimento	491.704	-	493.078	-
Impostos e contribuições sobre o lucro	172.948	-	130.141	-
Outros impostos e contribuições	14.810	-	8.928	-
Outras obrigações	18.283	21.754	28.028	-
Provisão para contingências	-	98.388	-	103.616
Provisão para garantias financeiras prestadas	-	13.574	-	16.047
Provisão para pagamentos a efetuar	21.680	7.313	19.711	5.772
Passivo atuarial	-	237.300	-	263.348
Obrigações fiscais diferidas	-	61.460	-	66.487

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Disponibilidades	7.106	42.999
Aplicações interfinanceiras de liquidez	760.522	540.441
Total	767.628	583.440

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	2021	2020
Carteira própria – nota 6.1	1.890.511	2.094.536
Cotas de fundos de investimento – recursos do FSA	218.935	147.727
Instrumentos derivativos – nota 6.2	-	573
Total	2.109.446	2.242.836

6.1 Carteira própria

	2021	2020
Títulos e Valores Mobiliários do Fundo Polo BB 27 (a)	1.587.296	1.811.253
Cotas de fundos de investimento – fundo CEF	283.711	271.622
Cotas de fundos de investimento – outros fundos	79	119
Cotas de fundos em participações (b)	14.345	9.609
Ações de companhias abertas (c)	5.080	1.933
Total	1.890.511	2.094.536

A composição dos títulos e valores mobiliários, classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração, é a seguinte:

Em 31/12/2021	Para negociação	Disponíveis para venda	Mantidos até o vencimento	Total
Cotas de fundos de investimentos	-	283.791	14.345	297.136
Letras financeira do tesouro	866.685	-	-	866.685
Notas do tesouro nacional	-	-	349.230	349.230
Letra do tesouro nacional	106.896	-	-	106.896
Letras financeiras instituições privadas	-	-	264.484	264.484
Ações de companhias abertas	-	5.080	-	5.080
Total	973.581	288.920	628.059	1.890.511
Em 31/12/2020	Para negociação	Disponíveis para venda	Mantidos até o vencimento	Total
Cotas de fundos de investimentos	-	271.741	9.609	281.350
Letras financeira do tesouro	1.011.822	-	-	1.011.822
Notas do tesouro nacional-B	-	-	330.552	330.552
Letras do tesouro nacional	117.364	-	-	117.364
Letras financeiras instituições privadas	-	-	351.515	351.515
Ações de companhias abertas	-	1.933	-	1.933
Total	1.129.186	273.674	691.676	2.094.536

Os títulos públicos federais classificados para negociação são mensurados pelo custo de aquisição e ajustados diariamente ao valor de mercado com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA. Os contratos futuros – “derivativos” são precificados pela B3 – Brasil, Bolsa e Balcão diariamente.

Os títulos classificados como disponíveis para venda são mensurados pelo custo de aquisição, atualizados com base nas condições intrínsecas do papel e ajustados diariamente ao valor de mercado, sendo as cotas de fundo de investimento disponibilizadas pelo gestor do fundo e as ações pela cotação B3 – Brasil, Bolsa, Balcão.

Os títulos classificados como mantidos até o vencimento são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em base “*pro-rata die*”, de acordo com as correspondentes taxas de juros efetivas.

Em 31 de dezembro o Banco possui ativos restritos no montante de R\$ 7.280 (2020 - R\$ 6.958) dados como garantia dessas operações.

a) Fundo Polo BB 27, administrado pela BB Administração de Ativos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com base em parâmetros estabelecidos pelo BRDE, onde a meta é obter uma rentabilidade superior a 101% da taxa DI para 86% da carteira e superior a IPCA + 5% para os 14% restantes. Deste montante, R\$ 10.526 (2020 – R\$ 7.610) está caucionado a processos judiciais. Avaliados a valor de mercado, a composição do Fundo é a seguinte:

	2021	2020
Letras financeiras do tesouro nacional	866.138	1.011.822
Notas do tesouro nacional-B	349.827	330.552
Letras tesouro nacional	106.896	117.364
Letras financeiras bancos	264.484	351.515
Total do fundo de investimento	1.587.345	1.811.253
Cotas oferecidas em garantia	10.526	6.958
Total do fundo de investimento disponível	1.576.819	1.804.295

b) Representam cotas de fundos em participações ou garantidores, que são administrados por instituições privadas, sendo suas cotas atualizadas pelos valores divulgados pelos respectivos administradores na data do balanço, apresentando em 31 de dezembro a seguinte situação:

	Capital (Cotas)		Saldo Contábil
	Subscrito	Integralizado	Atualizado
Fundo Garantidor de Investimentos – FGI	1.900	1.900	2.727
Fundo Criatec III	12.000	8.423	8.517
FIP Anjo Capital Semente	15.000	3.294	2.885
TM3 Capital VC4 FIP Multiestratégia	10.000	170	216
Total	38.900	13.787	14.345

c) Os efeitos decorrentes da avaliação da carteira de ações, adquirida ao custo de R\$ 6.068, foram levados à conta específica do patrimônio líquido, deduzidos os efeitos tributários. A desvalorização de R\$ (988) (2020 – R\$ (4.134)) entre o valor de custo e o de mercado foi registrada no patrimônio líquido no montante de R\$ (544) (2020 – R\$ (2.274)), após o registro de R\$ (444) (2020 – R\$ (1.860)) em “créditos tributários diferidos”, conforme demonstrado na nota 16.3.

6.2 Instrumentos derivativos

O BRDE participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap*, registrados em contas patrimoniais e de compensação, tendo por objetivo mitigar os riscos decorrentes das variações cambiais da operação de captação externa (objeto de *hedge*) efetuada pelo BRDE junto às instituições financeiras internacionais.

O vencimento do instrumento derivativo usado nessa modalidade possui mesmo vencimento da operação captada, sendo ambos ajustados ao valor de mercado que é apurado por metodologia interna devidamente documentada e aprovada pela administração.

Para isso o BRDE estabeleceu a contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting*, na categoria de risco de mercado e, conforme determina a Circular BACEN n.º 3.082/02, as variações e ajustes decorrentes da valorização destes instrumentos e objetos de *hedge* são registrados em conta de resultado.

A tabela a seguir apresenta os valores lançados em contas patrimoniais e de compensação:

Swap - ativo	2021		
	Valor referencial (conta compensação)	Valor a (pagar)/receber (conta patrimonial)	Efeito líquido (conta de resultado)
(EUR+Euribor+tx) x (R\$+CDI+tx)	44.632	(2.517)	5.492

A tabela abaixo apresenta o valor da curva e de mercado do objeto e instrumento de hedge:

	31/12/2021			31/12/2020
	Valor referencial	Valor da curva	Valor de mercado	Valor de mercado
Objeto	44.632	42.427	39.565	22.572
Instrumento	44.632	(345)	2.517	573

O BRDE realiza testes de efetividade no início da operação, teste prospectivo inicial da estrutura de hedge, avalia periodicamente a efetividade por ocasião dos encerramentos contábeis na periodicidade mensal e em virtude da elaboração das demonstrações financeiras. A metodologia adotada para os testes de efetividade se baseia no quociente entre o ajuste a valor de mercado do instrumento de hedge e o ajuste a valor de mercado do objeto de hedge, o que permite ao BRDE avaliar a variação de mercado líquida das apropriações (*accruals*) da curva. Assim, em atendimento ao exigido pelo Banco Central do Brasil, no que tange aos resultados e métodos adotados.

A posição das captações externas protegidas por derivativos:

Instituição	Valor Captado ⁽¹⁾	Data inicial	Data final	Indexador
BEI	€\$ 6.707	25/02/2021	10/09/2025	EUR + 0,65% a.a.

(1) valores expressos em milhares na moeda captada

A partir do final do 2º semestre de 2020, o BRDE operacionalizou estrutura de hedge para tranches que foram liberadas dentro do contrato firmado com o *Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF)*. Contudo, considerando a forma de internalização dos recursos, a estratégia do BRDE com os mesmos e a mitigação de riscos envolvida, alterou-se a forma de tratamento dos recursos oriundos desta operação, desconstituindo-se tal estrutura no segundo semestre de 2021, passando a dívida assumida pelo BRDE a ser considerada por custo amortizado.

7. REPASSES INTERFINANCEIROS E CARTEIRA DE CRÉDITO

7.1 Composição por tipo de operação e nível de risco

Tipo de Operação	Nível de risco									2021		2020	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%
Empréstimos	158.183	391.115	136.424	31.092	3.950	1.312	1.216	523	37.634	761.449	5,4%	400.626	2,9%
Financiamentos	1.886.300	2.601.674	916.285	351.368	136.239	8.442	6.710	33.516	150.606	6.091.140	43,2%	6.068.285	44,6%
Financiamentos rurais	3.856.075	2.906.074	184.569	55.994	14.617	6.073	1.915	2.022	29.531	7.056.870	50,0%	7.106.826	52,3%
Total operações de crédito	5.900.558	5.898.863	1.237.278	438.454	154.806	15.827	9.841	36.061	217.771	13.909.459	98,6%	13.575.737	99,8%
Repasse interfinanceiros	9.621	122.600	-	-	-	-	-	-	-	132.221	0,9%	-	0,0%
Outros créditos	60.137	7.833	-	-	66	5.791	-	81	-	73.908	0,5%	33.385	0,2%
Total da carteira de crédito	5.970.316	6.029.296	1.237.278	438.454	154.872	21.618	9.841	36.142	217.771	14.115.588	100%	13.609.122	100%
% da carteira	42,3%	42,7%	8,8%	3,1%	1,1%	0,2%	0,1%	0,3%	1,5%	100%		100%	

7.2 Composição da provisão esperada por perdas associadas ao risco de crédito

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2021	2020
Provisão regulamentar	-	30.107	12.373	13.154	15.481	4.748	4.920	25.242	217.771	323.796	327.606
Provisão adicional	-	-	-	-	7.740	1.583	1.476	9.015	-	19.814	29.324
Provisão das operações crédito	-	30.107	12.373	13.154	23.221	6.331	6.396	34.257	217.771	343.610	356.930
Provisão outros créditos ¹ -	-	39	-	-	10	2.317	-	77	-	2.443	1.147
Provisão esperada perdas associadas ao risco de crédito	-	30.146	12.373	13.154	23.231	8.648	6.396	34.334	217.771	346.053	358.077

(1) Créditos com características de concessão de crédito: avais e fianças honrados e devedores por compra de bens e valores

A provisão adicional corresponde ao valor excedente ao mínimo requerido pela Resolução CMN nº. 2.682/99 é constituída dentro de critérios prudenciais estabelecidos pela Administração, em conformidade com a boa prática bancária, no sentido de permitir a absorção de perdas oriundas de circunstanciais aumentos de inadimplência por eventual reversão/mudança do ciclo econômico de setores em que o BRDE opera.

7.3 Composição da carteira de créditos por faixa de vencimento das operações

Operações em curso normal											
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2021	2020
Parcelas Vincendas	5.963.352	6.022.593	1.216.585	369.800	147.675	14.860	6.012	32.339	167.438	13.940.654	13.335.850
Até 3 meses	309.335	239.807	48.533	17.046	6.059	5.056	260	916	6.734	633.746	598.883
De 3 a 12 meses	934.138	738.397	142.504	56.386	16.447	3.082	1.160	2.336	28.527	1.922.977	1.748.839
De 1 a 3 anos	1.809.228	1.808.267	367.101	127.458	37.618	3.731	2.134	7.544	31.402	4.194.483	4.055.336
De 3 a 5 anos	1.281.524	1.281.088	263.005	83.117	27.291	1.554	1.357	8.799	22.959	2.970.694	2.808.714
Acima de 5 anos	1.629.127	1.955.034	395.442	85.793	60.260	1.437	1.101	12.744	77.816	4.218.754	4.124.078
Operações em curso anormal – com atraso superior a 14 dias											
Parcelas Vencidas	743	889	1.306	4.001	728	963	212	600	12.615	22.057	33.438
Parcelas Vincendas	6.221	5.814	19.387	64.653	6.469	5.795	3.617	3.203	37.718	152.877	239.834
Até 3 meses	111	54	1.066	2.089	427	253	309	157	2.425	6.891	11.502
De 3 a 12 meses	989	966	3.995	7.160	1.629	980	850	503	6.521	23.593	40.908
De 1 a 3 anos	2.285	2.275	8.767	18.379	3.465	2.361	1.777	1.237	11.341	51.887	83.837
De 3 a 5 anos	1.733	1.704	4.192	13.666	678	1.659	681	809	5.903	31.025	47.970
Acima de 5 anos	1.103	815	1.367	23.359	270	542	-	497	11.528	39.481	55.617
Total da carteira - 2021	5.970.316	6.029.296	1.237.278	438.454	154.872	21.618	9.841	36.142	217.771	14.115.588	
Carteira normal – 2020	6.335.460	5.467.402	800.066	297.595	191.905	19.310	18.393	40.055	165.664	-	13.335.850
Carteira anormal -2020	12.423	35.119	44.916	86.839	37.252	3.835	3.114	10.385	39.389	-	273.272
Total da carteira – 2020	6.347.883	5.502.521	844.982	384.434	229.157	23.145	21.507	50.440	205.053		13.609.122

7.4 Concentração da carteira de crédito

	2021	%	2020	%
Maior cliente	222.848	1,58%	213.095	1,57%
10 seguintes maiores clientes	1.493.086	10,58%	1.556.807	11,44%
20 seguintes maiores clientes	1.545.767	10,95%	1.442.637	10,60%
50 seguintes maiores clientes	1.852.699	13,12%	1.782.482	13,10%
100 seguintes maiores clientes	1.930.815	13,68%	1.845.813	13,56%
Demais clientes	7.070.373	50,09%	6.768.288	49,73%
Total da carteira	14.115.588		13.609.122	

7.5 Distribuição da carteira de crédito por setor de atividade

	2021	%	2020	%
Setor Público	579.608	4,1%	476.723	3,5%
Administração pública	569.987	4,0%	469.100	3,4%
Intermediação financeira	9.621	0,1%	-	-
Indústria	-	-	7.623	0,1%
Setor Privado	13.535.980	95,9%	13.132.399	96,5%
Agropecuária	3.683.686	26,1%	3.696.248	27,2%
Indústria	3.155.515	22,3%	3.102.443	22,8%
Infraestrutura	2.878.330	20,4%	3.054.971	22,4%
Comércio	2.357.983	16,7%	2.263.264	16,6%
Turismo	333.718	2,4%	-	-
Intermediação financeira	323.933	2,3%	-	-
Serviços	802.815	5,7%	1.015.473	7,5%
Total da carteira	14.115.588		13.609.122	

7.6 Movimentação da provisão por perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2021	2020
Saldo inicial do exercício	358.077	316.991
Constituição de provisão por alteração do nível de risco	23.714	139.003
Constituição de provisão por recuperação de crédito	98.108	40.449
Reversão de provisão por alteração do nível de risco	(88.183)	(80.838)
Movimentação da provisão com efeito no resultado	391.716	415.605
Transferência para compensação	(45.663)	(57.528)
Saldo final do exercício	346.053	358.077

7.7 Renegociação e recuperação de créditos

	2021	2020
Montante renegociado no exercício	287.635	213.764
Montante recuperado:	147.394	141.302
- Por renegociação	49.286	40.449
- Por recebimento	98.108	100.853

7.8 Receita de operações de crédito

	2º semestre		Exercício	
	2021	2020	2021	2020
Empréstimos	27.820	15.606	43.776	25.485
Financiamentos	332.835	224.187	562.245	495.108
Financiamento rurais	218.978	272.154	450.174	524.341
Financiamentos agroindustriais	24.654	34.844	35.776	86.540
Repasse interfinanceiros	1.468	-	1.468	-
Recuperação créditos baixados como prejuízo	55.683	89.781	147.394	141.302
Outros	357	937	601	1.410
Total	661.795	637.509	1.241.434	1.274.186

8. OUTROS CRÉDITOS

	2021	2020
Adiantamentos e antecipações salariais	1.965	1.446
Pagamentos a ressarcir	496	103
Pendências a regularizar	278	3.055
Superávit de plano de benefício pós-emprego (nota 23.2.1)	-	11.244
Créditos específicos	11.522	15.040
Outros	419	725
Total	14.680	31.613

O saldo de créditos específicos refere-se à remuneração das operações do programa PESA devida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

9. IMOBILIZADO e INTANGÍVEL

	Imobilizado					Intangível
	Imóveis	Móveis e Equipamentos.	Veículos	Outros	Total	Softwares
Saldo em 31/12 2020	34.231	4.473	1.258	169	40.131	15.666
Aquisições	-	3.708	142	6	3.856	9.661
Baixas	-	(1.058)	(649)	-	(1.707)	(3.040)
Depreciação/Amortização	(712)	(928)	178	(42)	(1.504)	(5.107)
Saldo em 31/12/2021	33.519	6.195	929	133	40.776	17.180
Custo aquisição acumulado	44.187	22.418	1.478	2.354	70.437	46.745
Depreciação/Amort. acumulada	(10.668)	(16.223)	(549)	(2.221)	(29.661)	(29.565)

10. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

10.1 Obrigações por empréstimos e repasses

Os empréstimos do exterior representam recursos que o BRDE buscou com instituições internacionais com a prioridade de serem utilizados em financiamentos, porém sem a vinculação de mesmo prazo.

As obrigações de repasses do país correspondem a recursos originários de programas oficiais e os repasses do exterior a recursos originários de instituições internacionais, os quais são repassados a mutuários finais. As obrigações por repasses têm vencimentos até o ano 2044, estando sujeitas, na sua maior parte, a encargos financeiros prefixados, sendo repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas, acrescidos de "del credere".

	2021				2020
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Repasses do país	2.695.989	5.672.587	3.239.625	11.608.201	12.032.528
BNDES	1.956.336	4.455.743	2.667.406	9.079.485	9.617.542
FINAME	467.941	534.260	188.691	1.190.892	1.316.718
FINEP	76.498	227.832	34.695	339.025	351.584
BB	38.152	115.673	60.085	213.910	178.557
CEF	31.468	133.424	231.731	396.623	345.077
FUNGETUR	120.395	205.439	57.017	382.851	215.008
Outros	5.199	216	-	5.415	8.042
Empréstimos e repasses do exterior	87.275	460.181	389.384	936.840	381.830
AFD	31.967	174.486	284.731	491.184	316.382
CAF	44.891	241.728	70.082	356.701	22.570
BEI	10.417	43.967	34.571	88.955	42.878
Total – 2021	2.783.264	6.132.768	3.629.009	12.545.041	
Total – 2020	2.414.523	6.342.462	3.657.373		12.414.358

Sobre as operações com o mercado exterior:

AFD – operações de repasse onde os efeitos da variação cambial são repassados ao cliente final;

CAF – as tranches desse contrato são liberadas conforme a necessidade do BRDE, sendo que as mesmas são repassadas em moeda corrente nacional;

BEI – o BRDE possui uma operação de empréstimo, para a qual contratou swap (nota 6.2). As demais operações são repasse onde os efeitos da variação cambial são repassados ao cliente final.

10.2 Despesa com empréstimos e repasses

	2º semestre		Exercício	
	2021	2020	2021	2020
Despesa com repasses do BNDES	242.055	233.285	471.309	499.206
Despesa com repasses da FINAME	24.962	24.793	48.706	48.753
Despesa com repasses da FINEP	5.305	4.601	9.324	9.033
Despesa com repasses do BB	2.555	3.182	6.069	7.586
Despesa com repasses da CEF	14.874	9.104	25.629	15.747
Despesa com repasses de outras instituições do país	15.273	5.396	25.473	6.942
Despesa com repasses do exterior	46.282	15.556	6.177	73.897
Total	351.306	295.917	592.687	661.164

11. FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO

	2021	2020
Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) ⁽¹⁾	218.935	147.727
Ministério do Turismo – FUNGETUR ⁽²⁾	272.769	335.337
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – FUNCAFÉ ⁽²⁾	-	10.014
Total	491.704	493.078

(1) São recursos, geridos pelo BRDE, destinados a toda cadeia produtiva da atividade audiovisual do Brasil.

(2) Corresponde a recursos disponibilizados pelos Ministérios competentes, destinados a operações de financiamento relacionados com a atividade fim

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2021	2020
Participação nos lucros e resultados	11.317	7.960
Honras de fundos garantidores ⁽¹⁾	18.283	1.895
Fornecedores de bens e serviços	2.938	4.448
Valores de mutuários a regularizar ⁽²⁾	5.894	9.964
Pendências a regularizar	89	2.837
Outras	1.516	978
Total	40.037	28.082

(1) no primeiro semestre de 2021 o BRDE transferiu do grupo de obrigações por repasses o montante de R\$ 49.964, sendo o valor original de R\$ 15.919 transferido para essa conta e o restante, correspondente aos juros, transferidos para o resultado conforme nota 18.

(2) os valores aqui classificados referem-se, principalmente, a valores recebidos em adiantamento de renegociações de crédito, pendentes de formalização, e de substituição de garantias contratadas.

13. PROVISÃO PARA GARANTIAS FINANCEIRAS PRESTADAS

A provisão para as operações de garantias financeiras prestadas pelo BRDE é calculada de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, onde o percentual da provisão é definido pelo nível de risco atribuído à operação, resultado de aplicação de metodologias desenvolvidas pela instituição que consideram as características dos clientes, das operações e as garantias oferecidas.

Em 31/12/2021 o montante garantido é R\$ 95.598 (2020 – R\$ 96.254) e o total de provisão atinge R\$ 13.574 (2020 – R\$ 16.047). Todas as operações de garantias financeiras prestadas possuem garantia real.

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

O montante dos riscos para os quais o BRDE constitui provisão está assim composto:

	2020	Constituição	Atualização	Baixa por:		2021
				Reversão	Pagamento	
Previdenciárias	14.654	-	278	(176)	(7.811)	6.945
Trabalhistas	31.043	7.028	2.317	(4.511)	(2.945)	32.932
Cíveis	57.919	3.830	1.932	(1.963)	(3.207)	58.511
Total	103.616	10.858	4.527	(6.650)	(13.963)	98.388

A provisão de natureza previdenciária refere-se a contribuições sobre verbas pagas por ocasião do Acordo Trabalhista de 1992, entendidas pela Justiça Trabalhista como de caráter indenizatório, já depositados em juízo.

De acordo com a nota 3.12 o montante de provisão trabalhista refere-se a ações classificadas como perda provável. Adicionalmente, existem ações consideradas como de perda possível pelos assessores jurídicos do Banco no montante de R\$ 101.589 (2020 - R\$ 99.930), que correspondem em grande parte a lides coletivas de equiparação entre os Planos de Cargos e Salários do BRDE.

As provisões cíveis são referentes aos seguintes fatos:

- a. R\$ 52.565 referem-se a honorários de sucumbência;
- b. R\$ 4.408 referem-se a processo movido por mutuário pleiteando indenização; e
- c. R\$ 1.538 referem-se a embargos interpostos por mutuário contra execução de inadimplência.

Do total da provisão dos processos cíveis, está depositado judicialmente o montante de R\$ 57.370.

Adicionalmente há outras ações cíveis classificadas como perda possível que montam R\$ 2.382.

Durante o exercício de 2017, o BRDE foi autuado pela RFB por excluir da base de cálculo do IRPJ e CSLL as variações monetárias ativas decorrentes de depósitos judiciais de natureza cível. O processo encontra-se em fase administrativa e de acordo com nossos consultores jurídicos, a probabilidade de perda é possível e seu valor é de R\$ 25.511 (2020 - R\$ 24.876).

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado, é composto de 1.734.924.000 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 cada ação e está dividido em parcelas iguais entre os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Estas parcelas são integralizadas mediante incorporação de eventuais contribuições financeiras e dos resultados gerados em cada estado participante, que são apurados e controlados separadamente.

b. Aumento de capital

Houve, após aprovação do Banco Central em 12/07/2021 e 22/09/2021, dois aumentos de capital nos valores de R\$ 89.850 e R\$ 126.495, oriundos da capitalização dos resultados do 2º semestre de 2020 e 1º semestre de 2021, respectivamente, e de integralização de reservas.

c. Reserva de lucro

No primeiro semestre de 2021, patrimônio líquido do BRDE foi objeto de reclassificação contábil interna dos valores oriundos do fundo de reserva regimental, que passaram a fazer parte do grupo de reservas de lucro, tendo sido zerado o saldo do grupo de reserva de capital.

16. IMPOSTOS

Os tributos são calculados pelas alíquotas a seguir informadas considerando, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente para cada encargo.

Tributo	Alíquota
Imposto de renda	15,00%
Adicional de imposto de renda	10,00%
Contribuição social sobre o lucro líquido – de 01/2019 a 02/2020	15,00%
Contribuição social sobre o lucro líquido – de 03/2020 a 06/2021 ⁽¹⁾	20,00%
Contribuição social sobre o lucro líquido – de 07/2021 a 12/2021 ⁽²⁾	25,00%
PIS	0,65%
COFINS	4,00%
ISS	até 5,00%

(1) a majoração é decorrente de promulgação da Emenda Constitucional n.º 103, de 12/11/2019

(2) majoração aprovada pela Lei 14.183/2021

16.1 Despesas tributárias

	2º semestre		Exercício	
	2021	2020	2021	2020
PIS	2.729	2.090	5.000	4.063
COFINS	16.795	12.861	30.772	25.005
ISS	1.110	1.071	2.129	1.779
Outros	991	939	1.813	1.784
Total	21.625	16.961	39.714	32.631

16.2 Despesas com impostos e contribuições

Demonstração do cálculo de IRPJ e CSLL no período:

	2º SEMESTRE - 2021		2º SEMESTRE - 2020		EXERCÍCIO - 2021		EXERCÍCIO - 2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado do exercício, antes da tributação	252.593	252.593	213.640	213.640	518.571	518.571	357.715	357.715
Adições e exclusões								
Provisão para passivos contingentes	(8.446)	(8.446)	(588)	(588)	(5.228)	(5.228)	(10.438)	(10.438)
Provisão para garantias financeiras prestadas	(3.804)	(3.804)	(3.555)	(3.555)	(2.474)	(2.474)	(7.763)	(7.763)
Provisão para operações de crédito	21.033	21.033	(12.990)	(12.990)	(13.320)	(13.320)	40.404	40.404
Créditos baixados como prejuízo	(14.366)	(14.366)	3.696	3.696	(37.248)	(37.248)	(57.897)	(57.897)
Provisão para outros créditos	1.367	1.367	(1.264)	(1.264)	1.296	1.296	681	681
Provisão para assistência médica	7.449	7.449	14.933	14.933	12.607	12.607	13.445	13.445
Ajuste a mercado - swap	(10.770)	(10.770)			2.246	2.246		
Atualização de depósitos judiciais	1.837	1.837	(803)	(803)	2.043	2.043	5.483	5.483
Renegociações tributadas por caixa	5.590	5.590	11.944	11.944	938	938	12.810	12.810
Recuperações judiciais – deferimento	(1.875)	(1.875)	4.047	4.047	(1.774)	(1.774)	36.867	36.867
Outros, líquidos	(2.253)	(2.752)	(8.924)	(9.372)	(2.321)	(3.124)	(431)	(1.161)
Base de cálculo	248.355	247.856	220.136	219.688	475.336	474.533	390.876	390.146
Imposto calculado	(37.254)	(49.571)	(33.020)	(32.953)	(71.300)	(94.907)	(58.631)	(58.522)
Adicional de imposto	(24.824)	(12.483)	(22.002)	(10.582)	(47.510)	(12.483)	(39.064)	(16.075)
Incentivos fiscais	5.267	-	4.952	-	5.902	-	5.591	-
Total provisão do imposto	(56.811)	(62.054)	(50.070)	(43.535)	(112.908)	(107.390)	(92.104)	(74.597)
Crédito tributário (líquido de reversões)	(1.629)	(5.341)	4.995	(8.810)	(17.389)	(14.271)	10.868	(2.576)
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(58.440)	(67.395)	(45.075)	(52.345)	(130.297)	(121.661)	(81.236)	(77.173)

16.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Movimentação dos créditos e débitos tributários diferidos

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	2020	Constituição	Reversão	2021
Reflexo no resultado	284.613	70.931	(102.559)	252.985
Créditos baixados para prejuízo - temporariamente indedutíveis	64.876	8.904	(33.159)	40.621
Provisão para perdas com operações de crédito	148.782	34.573	(42.945)	140.410
Provisão para garantias financeiras prestadas	7.221	3.132	(4.245)	6.108
Provisão para contingências	46.627	5.508	(7.861)	44.274
Provisão para perdas com outros créditos	516	648	(67)	1.097
Provisão para desvalorização de outros bens e valores	374	583	(733)	224
Provisão para assistência média e PB II inativos - corrente	15.644	7.838	(3.649)	19.833
Provisão para participação nos lucros e resultados	-	7.220	(7.220)	-
Licença prêmio em aquisição	267	2.525	(2.680)	112
Insuficiência de depreciação	306	-	-	306
Reflexo no patrimônio líquido	37.249	661	(7.448)	30.462
Provisão para assistência média e PB II inativos - abrangente	32.200	356	(3.517)	29.039
Ajuste ao valor de mercado de TVM	1.861	258	(1.675)	444
Passivo atuarial PB II - abrangente	3.188	47	(2.256)	979
Total geral – créditos tributários	321.862	71.592	(110.007)	283.447
DÉBITOS TRIBUTÁRIOS	2020	Constituição	Reversão	2021
Renegociações REFIS/RECOOP	1.853	-	-	1.853
Atualização depósitos judiciais	24.806	907	(499)	25.214
Renegociações tributadas por caixa	28.773	13.342	(12.063)	30.052
Recuperação judicial – deferimento	5.996	894	(2.549)	4.341
Ativo atuarial – PB I	5.059	-	(5.059)	-
Total geral – débitos tributários	66.487	15.143	(20.170)	61.460

b) Créditos tributários diferidos não reconhecidos

Os créditos e as obrigações foram classificados conforme previsão de realização, sendo que aqueles créditos tributários cuja expectativa de realização está prevista para um período superior a 10 anos, não reconhecidos no balanço de 31 de dezembro, totalizam R\$ 86.527 (2020 – R\$ 86.888).

c) Expectativa de realização dos créditos e débitos tributários

Ano de realização	Créditos tributários		Débitos tributários	
	Valor	%	Valor	%
2022	98.307	34,68%	8.843	14,39%
2023	64.110	22,62%	30.850	50,20%
2024	29.201	10,30%	2.962	4,82%
2025	20.300	7,16%	2.734	4,45%
2026	17.003	6,00%	2.871	4,67%
2027 a 2031	54.526	19,24%	8.842	14,39%
após 2030	-	-	4.358	7,08%
Total	283.447	100%	61.460	100%

17. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º semestre		Exercício	
	2021	2020	2021	2020
Tarifa de análise	4.478	5.949	10.438	9.779
Tarifa de fiscalização e acompanhamento	5.043	7.199	8.829	11.781
Tarifa de cadastro	1.911	1.934	2.997	3.465
Tarifa de alteração ou estruturação garantias	193	305	344	568
Tarifa de elaboração de parecer/laudo/estudo técnico	601	269	774	352
Tarifa de prestação de garantias financeiras	2.135	2.670	5.193	5.155
Remuneração administração do FSA	1.371	1.298	3.693	2.886
Outras tarifas	910	1.791	4.756	2.575
Total	16.642	21.415	37.024	36.561

18. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre		Exercício	
	2021	2020	2021	2020
Reversão da provisão sobre garantias prestadas	3.803	4.119	7.120	8.351
Reversão da provisão de processos trabalhistas	3.390	4.996	4.511	7.358
Reversão de provisão de processos cíveis	1.449	1.009	1.449	-
Reversão de outras provisões	204	-	4.552	1.608
Atualização de depósitos judiciais	1.126	664	2.108	1.910
Venda parcial da carteira baixada em prejuízo ⁽¹⁾	-	-	17.311	4.137
Outras ⁽²⁾	35.507	1.834	36.702	7.385
Total	45.479	12.622	73.754	30.749

(1) No primeiro semestre de 2021, o Banco efetuou cessão de créditos vencidos e integralmente baixados para prejuízo, sem coobrigação, oriundos de suas operações de créditos para compradores não caracterizados como partes relacionadas, na soma de R\$ 17.311 (2020 – R\$ 4.137).

(2) R\$ 34.613 referem-se a estorno de juros (nota 22) da carteira FGPC – Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade, que foi reclassificada de obrigações para repasses, alterando-se a estimativa contábil da obrigação do BRDE junto ao Fundo, sendo que o principal reclassificado em outras obrigações (nota 12).

19. DESPESAS COM PESSOAL

	2º semestre		Exercício	
	2021	2020	2021	2020
Remuneração	59.434	51.412	111.044	100.214
Encargos sociais	28.969	25.257	58.135	49.379
Benefícios	13.539	25.624	21.363	32.643
Honorários	3.330	2.634	6.123	4.926
Outras despesas	1.408	1.014	2.443	2.389
Total	106.680	105.941	199.108	189.551

20. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre		Exercício	
	2021	2020	2021	2020
Aluguel, condomínio, água e luz	1.802	1.446	3.526	3.226
Comunicações	633	551	1.318	1.359
Manutenção e conservação de bens	2.711	2.215	5.566	4.075
Processamento de dados	5.536	4.344	9.338	6.892
Promoções e relações públicas	2.019	1.643	2.475	2.055
Publicidade e propaganda	3.251	3.017	4.164	3.975
Serviços do sistema financeiro	931	1.175	1.712	2.195
Serviços de terceiros	882	1.184	2.029	2.386
Serviços técnicos especializados	1.532	1.250	2.855	2.778
Vigilância e segurança	547	531	1.024	1.085
Transportes	742	302	1.169	668
Viagem	465	85	528	646
Emolumentos judiciais e cartorários	1.007	600	1.466	1.082
Despesas estatutárias	2.322	1.972	4.727	4.465
Incentivos fiscais	4.633	4.279	4.633	4.328
Taxa de administração do fundo	1.083	1.031	2.099	2.105
Depreciação e amortização	3.887	3.097	7.336	6.269
Outras despesas administrativas	1.318	1.722	2.167	2.844
Total	35.301	30.444	58.132	52.433

21. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre		Exercício	
	2021	2020	2021	2020
Obrigações com fundos financeiros e de desenvolvimento	10.720	3.372	16.158	4.673
Fiança honrada para cliente em prejuízo	2.782	3.859	5.641	7.567
Juros e serviços sobre obrigações atuariais	7.943	-	17.476	-
Outras despesas	1.015	5.785	2.743	9.072
Total	22.460	13.016	42.018	21.312

22. RESULTADO NÃO RECORRENTE

De acordo com os parâmetros estabelecidos no parágrafo 4º do artigo 34 da Resolução BCB n.º 02/2020, o BRDE estabeleceu critérios daquilo que considera não recorrente e apresenta o seu resultado na tabela a seguir:

	2021	2020
Resultado de atividades recorrentes	227.171	195.169
Majoração da alíquota da CSLL para instituições financeiras	(12.483)	-
Venda de carteira baixada em prejuízo (nota 18)	17.311	4.137
Estorno dos juros da carteira FGPC (nota 18)	34.613	-
Resultado de atividades não recorrentes	39.441	4.137
Resultado líquido	266.612	199.306

23. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

O Banco oferece planos de benefícios de previdência e programa de assistência à saúde que são classificados como planos de benefícios pós-emprego, conforme Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012.

A contabilização dos passivos/ativos pós-emprego e respectivas despesas/receitas relativas aos planos de benefícios pós-emprego é realizada de acordo com o citado Pronunciamento Técnico e com laudo preparado por atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2021.

23.1 Característica dos planos de benefícios

23.1.1 – Planos de benefícios de previdência

O BRDE é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, criada com o objetivo de oferecer aos empregados de seus patrocinadores, o BRDE e a própria Fundação, benefícios suplementares àqueles da Previdência Oficial, em especial suplementação de aposentadoria e pensão. O Banco tem participação na governança do ISBRE por meio de indicação de membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal da Fundação.

O ISBRE opera dentro da estrutura regulatória do sistema de previdência complementar fechada, tendo por órgão regulador o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e fiscalizador a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, considerando as normas emitidas por esses órgãos, bem como o disposto na Lei Complementar nº 108/2001 e na Lei Complementar nº 109/2001 e as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN para aplicação dos recursos garantidores dos planos. O ISBRE realiza a gestão de dois planos de benefícios de previdência, ambos patrocinados pelo BRDE:

➤ Plano de Benefícios I (PB I): estruturado na modalidade de Benefício Definido, em que o nível dos benefícios concedidos pelo Plano é determinado previamente e em função do salário do participante na fase de atividade, encontra-se fechado para novas adesões. A maior parte do grupo de participantes se encontra na fase de inatividade, sendo que, os participantes ainda em atividade apresentam tempo médio para atingimento das elegibilidades para solicitação de início de aposentadoria pelo Plano de apenas 1 (um) ano.

O PB I expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência do pagamento de benefícios vitalícios, e de taxa de juros. O PB I se encontra em situação superavitária, apurada

conforme regras locais emitidas pelo CNPC e pela PREVIC, tendo, em 01.01.2020, alocado recursos decorrentes do excedente patrimonial, em Reserva de Contingência e Reserva Especial. Entretanto, em setembro de 2021 houve a suspensão da distribuição de superávit por parte do ISBRE, em decorrência da observação de redução do superávit do plano de benefícios durante o exercício em níveis abaixo do requerido para continuidade da distribuição de superávit para os participantes, assistidos e patrocinadores do plano. Desta forma, considerando a situação patrimonial vigente do plano de benefícios e que seria improvável a retomada do processo de distribuição de superávit no curto prazo, bem como a iminente necessidade de reversão integral dos montantes anteriormente alocados em Fundo Previdencial de Revisão do Plano (parcela patrocinadores), que fundamentavam o reconhecimento de um Ativo pelo BRDE, conclui-se que não há, no momento, benefícios econômicos disponíveis para a companhia na forma de reduções das contribuições futuras para o plano, conforme definição do CPC 33 (R1), resultando na adoção de um Teto do Ativo de R\$ 0 (zero reais).

Em 31/12/2021, o Banco figura como patrocinador de 58 participantes ativos (31/12/2020 - 58), 386 aposentados (31/12/2020 - 391) e 95 pensionistas (31/12/2020 - 95).

➤ Plano de Benefícios II (PB II): implementado no primeiro semestre de 2002, estruturado na modalidade de Contribuição Variável, no qual os benefícios programados de renda vitalícia são determinados na data da concessão do benefício a partir do montante capitalizado das contribuições do BRDE e dos participantes em saldos de conta individuais. A maior parte do grupo de participantes se encontra na fase de atividade.

O PB II expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência do pagamento de benefícios vitalícios, e de taxa de juros, ainda que em menor grau do que o PB I, em decorrência da sua estrutura na modalidade de Contribuição Variável, em que durante o período de atividade as contribuições são alocadas em contas individuais e há apenas riscos decorrentes da probabilidade de falecimento ou invalidez dos participantes.

Em 31/12/2021, o Banco figura como patrocinador de 349 participantes ativos (31/12/2020 - 345), 5 aposentados (31/12/2020 - 4) e 16 pensionistas (31/12/2020 - 13).

Devido às disposições contidas no parágrafo 3º do art. 202 da Constituição Federal, o BRDE encontra-se limitado a realizar contribuições ao ISBRE de, no máximo, mesmo valor das contribuições efetuadas pelos participantes. No PB I, as contribuições efetuadas pelo BRDE são paritárias às realizadas pelos seus colaboradores, mesmo inativos. No PB II, as contribuições efetuadas pelo BRDE são paritárias às realizadas pelos seus colaboradores até um nível pré-determinado, observado o Regulamento e o plano de custeio anual. Não é prevista contribuição normal para os assistidos do Plano de Benefícios II.

Como parte da gestão dos planos de benefícios de previdência, o ISBRE implementa estratégias de confrontação de ativos/passivos por meio da realização anual de estudos de *Asset and Liability Management* – ALM, bem como procede estudos de aderência periódicos das tábuas atuariais utilizadas nas projeções de fluxos de caixa com pagamento futuro de benefícios.

23.1.2 – Programa de assistência à saúde - PAS

O BRDE oferece aos seus funcionários aposentados, integrantes do Regulamento de Pessoal I, assim como a seus respectivos dependentes, a exemplo dos funcionários ativos, Programa de Assistência à Saúde (PAS) com ressarcimento parcial de despesas médicas. O PAS é operacionalizado por meio de seguro saúde administrado pela operadora Unimed Seguro Saúde S/A, na modalidade Ambulatorial e Hospitalar, com abrangência nacional. São também beneficiários do PAS os ex-funcionários que recebem complementação de aposentadoria pelo PB I do ISBRE, e seus respectivos dependentes, bem como os dependentes de funcionários falecidos, tendo por reflexo a necessidade de reconhecimento de passivo pós-emprego pelo BRDE, registrado na rubrica “Outras Obrigações – Diversas”.

O PAS é estruturado na modalidade de pós-pagamento, oferecendo cobertura vitalícia de assistência à saúde para os segurados, que também sejam assistidos do ISBRE, e seus dependentes. Portanto, o Programa expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência da cobertura vitalícia, de taxa de juros e de elevação dos custos médicos.

Em 31/12/2021, o total de beneficiários com cobertura de pós-emprego é de 846 (31/12/2020 - 869).

23.2 Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido

23.2.1 – Passivo (ativo) de benefício definido

	PB I		PB II		PAS	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Valor presente das obrigações atuariais	891.868	1.026.131	24.328	27.371	236.420	257.398
Valor justo dos ativos do plano	(1.062.637)	(1.143.214)	(23.448)	(21.421)	-	-
Deficit (superavit) apurado	(170.769)	(117.083)	880	5.950	236.420	257.398
Efeito no teto do ativo	170.769	105.839	-	-	-	-
Passivo (ativo) atuarial líquido	-	(11.244)	880	5.950	236.420	257.398

23.2.2 – Conciliação do valor presente das obrigações atuariais

	PB I		PB II		PAS	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Obrigações atuariais no início do período	1.026.131	1.016.128	27.371	24.052	257.398	259.352
Custo do serviço corrente líquido	123	192	1.152	968	805	702
Contribuições de participantes realizadas no período	892	840	-	-	-	-
Despesa de juros	65.766	67.218	1.949	1.676	18.260	18.278
Benefícios pagos no período	(67.683)	(63.524)	(737)	(804)	(6.458)	(5.536)
(Ganhos)/perdas – mudanças nas premissas demográficas	(4.974)	-	(406)	-	-	-
(Ganhos)/perdas – mudanças nas premissas financeiras	(180.917)	(8.379)	(7.098)	(2.346)	(33.960)	(15.217)
(Ganhos)/perdas – ajustes pela experiência	52.530	13.656	2.097	3.825	375	(181)
Passivo (ativo) atuarial líquido	891.868	1.026.131	24.328	27.371	236.420	257.398

23.2.3 – Conciliação do valor justo dos ativos

	PB I		PB II	
	2021	2020	2021	2020
Valor justo dos ativos no início do período	(1.143.214)	(1.167.285)	(21.422)	(20.075)
Benefícios pagos no período	67.683	63.524	737	804
Contribuições de participante realizadas no período	(892)	(840)	-	-
Contribuições do empregador realizadas no período	(8.497)	(3.200)	(1.690)	(1.579)
Receita de juros	(73.622)	(77.642)	(1.572)	(1.443)
Retorno sobre ativos abaixo (acima) da receita de juros	95.905	42.229	499	871
Passivo (ativo) atuarial líquido	(1.062.637)	(1.143.214)	(23.448)	(21.422)

23.2.4 – Conciliação do efeito do teto de ativo (*asset ceiling*)

	PB I		PB II		PAS	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Efeito do teto de ativo no início do período	105.840	135.366	-	-	-	-
Despesa de juros	7.013	9.249	-	-	-	-
Mudanças no efeito do teto do ativo	57.916	(38.775)	-	-	-	-
Efeito no teto de ativo no fim do período	170.769	105.840	-	-	-	-

23.3 Reconhecimento dos custos de benefício definido

Conforme item 120 do CPC 33(R1), o BRDE deve reconhecer o custo do serviço e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) atuarial no resultado e as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) em outros resultados abrangentes.

A tabela a seguir apresenta o reconhecimento dos componentes de custo de benefício definido em resultado e em outros resultados abrangentes, bem como a reconciliação do passivo (ativo) atuarial líquido.

	PB I		PB II		PAS	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Passivo (ativo) atuarial líquido no início do período	(11.244)	(15.791)	5.950	3.977	257.398	259.352
Custo do serviço corrente líquido	123	192	1.152	968	805	702
Despesa de juros – valor presente das obrigações atuariais	65.766	67.218	1.949	1.676	18.260	18.279
Despesa de juros – efeito do teto de ativo	7.013	9.249	-	-	-	-
Receita de juros – valor justo dos ativos	(73.622)	(77.642)	(1.572)	(1.443)	-	-
Despesa (receita) reconhecida no resultado	(720)	(983)	1.529	1.201	19.065	18.981
(Ganhos)/perdas no valor presente das obrigações atuariais	(133.360)	5.276	(5.408)	1.480	(33.585)	(15.399)
Mudanças no efeito do teto do ativo	57.916	(38.775)	-	-	-	-
Retorno sobre os ativos abaixo (acima) da receita de juros	95.905	42.229	499	871	-	-
Remensurações em outros resultados abrangentes	20.461	8.730	(4.909)	2.351	(33.585)	(15.399)
Contribuições do banco no período	(8.497)	(3.200)	(1.690)	(1.579)	(6.458)	(5.536)
Passivo (ativo) atuarial líquido no fim do período	-	(11.244)	880	5.950	236.420	257.398

23.4 Composição do valor justo dos ativos

Os planos PB I e PB II mantêm ativos que são utilizados para cobertura total ou parcial das obrigações atuariais. O quadro abaixo apresenta a composição da carteira de investimentos dos planos em classes conforme a natureza e risco desses ativos.

	Plano de Benefícios I		Plano de Benefícios II	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalente	0,00%	0,00%	0,01%	0,01%
Renda fixa	79,69%	84,54%	73,40%	76,32%
Renda variável	4,17%	4,51%	9,58%	11,73%
Imobiliário	0,60%	0,48%	0,14%	0,13%
Estruturado	11,02%	10,09%	10,42%	9,87%
Carteira de empréstimos	0,43%	0,38%	1,55%	1,94%
Outros	4,09%	0,00%	4,90%	0,00%

23.5 Premissas atuariais

A apuração da obrigação do Banco com os planos de benefícios pós-emprego requer a adoção de estimativas e premissas atuariais e financeiras de longo prazo, bem como a aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Portanto, a utilização de estimativas e premissas pode resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, ocasionando impactos, negativos ou positivos, às operações do Banco.

As taxas de desconto, em termos reais, foram apuradas considerando a interpolação das taxas de referência do índice IMA-B, divulgado pela ANBIMA, conforme a *duration* de cada plano de benefícios pós-emprego: 9,10 anos para o PB I, 17,42 anos para o PB II e 17,41 anos para o PAS.

O quadro a seguir apresenta as premissas atuariais utilizadas para determinar o valor presente da obrigação atuarial.

	PB I		PB II		PAS	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Taxa de desconto atuarial (real)	5,25%	3,20%	5,43%	3,80%	5,43%	3,80%
Retorno real esperado sobre os ativos	5,25%	3,20%	5,43%	3,80%	5,43%	3,80%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	3,70%	4,21%	3,70%	4,21%	N/A	N/A
HCCTR ("inflação médica")	N/A	N/A	N/A	N/A	4,10%	3,50%
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,20%	100%	98,20%	100%	98,20%	100%
Fator de capacidade sobre os salários	98,20%	100%	98,20%	100%	98,20%	100%
Inflação esperada	5,03%	3,32%	5,03%	3,32%	5,03%	3,32%
Taxa de desconto nominal	10,54%	6,63%	10,73%	7,25%	10,73%	7,25%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	10,54%	6,63%	10,73%	7,25%	10,73%	7,25%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	8,92%	7,67%	8,92%	7,67%	N/A	N/A
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	5,03%	3,32%	5,03%	3,32%	5,03%	6,94%
Mortalidade geral	AT 2000 (suavizada em 10%), segregada por sexo					
Mortalidade dos inválidos	MI 85, segregada por sexo					
Entrada de invalidez	Álvaro Vindas					
Taxa anual de rotatividade	Nula					
Entrada na aposentadoria	100% na elegibilidade		100% na elegibilidade ao benefício programado		60 anos	
Composição familiar	Família média. Para pensionistas, família efetiva, conforme cadastro		Família média. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro		Família efetiva (conforme informações cadastrais)	
Aging fator	N/A	N/A	N/A	N/A	Até 24 anos: 1,5% De 25 a 54 anos: 2,5% De 55 a 79 anos: 4,5% 80 anos ou mais: 2,5%	Experiência do grupo
Take up	N/A	N/A	N/A	N/A	100%	100%
Taxa de desistência após concessão do benefício	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

23.5.1 – Análise de sensibilidade das premissas atuariais

A tabela abaixo apresenta análise de sensibilidade das premissas atuariais significativas, em relação ao efeito no valor presente da obrigação atuarial no caso de alteração de premissa, considerando variações razoavelmente possíveis na data da avaliação atuarial.

Premissa	Análise de Sensibilidade	Impacto R\$ mil			Impacto %		
		PB I	PB II	PAS	PB I	PB II	PAS
Taxa de desconto	aumento de 0,5 p.p	(33.319)	(1.424)	(15.289)	(3,7%)	(5,9%)	(6,5%)
	redução de 0,5 p.p	35.731	1.575	17.309	4,0%	6,5%	7,3%
Expectativa de vida	aumento de 1 ano	16.260	(193)	11.300	1,8%	(0,8%)	4,8%
	redução de 1 ano	(16.210)	221	(11.089)	(1,80%)	0,9%	(4,7%)
HCCTR	aumento de 0,5 p.p	-	-	17.455	-	-	7,4%
	redução de 0,5 p.p	-	-	(15.543)	-	-	(6,6%)

23.6 Fluxos de caixa futuros

23.6.1 – Fluxo de caixa ocorrido no período e esperado para o próximo período

	PB I		PB II		PAS	
	Ocorrido	Esperado	Ocorrido	Esperado	Ocorrido	Esperado
	em 2021	em 2022	em 2021	em 2022	em 2021	em 2022
Contribuições do empregado	8.497	7.982	1.690	1.774	6.458	11.923
Contribuições do participante	892	39	-	-	-	-
Benefícios pagos pelo plano	67.683	72.272	737	1.137	6.458	11.923
Benefícios pagos diretamente pelo banco	-	-	-	-	-	-

23.6.2 – Perfil de vencimento da obrigação atuarial

Os montantes apresentados na tabela abaixo, em R\$ milhões, representam a expectativa de pagamento de benefícios pelos planos de benefícios de previdência e, no caso do PAS, dispêndio de caixa pelo Banco para cobertura das obrigações.

	Plano de Benefícios I	Plano de Benefícios II	PAS
2022 a 2026	350	7	56
2027 a 2031	317	10	52
Após 2031	732	101	128

24. PARTES RELACIONADAS

a) Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE

O BRDE aluga salas de propriedade da Fundação ISBRE para uso das suas atividades operacionais. As despesas com o referido aluguel estão registradas em outras despesas administrativas.

A Fundação reembolsa todas as despesas com remuneração e encargos que o BRDE tem com os funcionários cedidos que desempenham funções de diretoria no ISBRE.

O Banco paga à Fundação contribuições mensais na função de patrocinador dos planos de benefício e registra no resultado em despesas com pessoal.

A seguir apresentamos as receitas e despesas incorridas com o ISBRE:

	2º semestre		Exercício	
	2021	2020	2021	2020
Locação de salas	(376)	(364)	(740)	(719)
Ressarcimento de salários	349	382	683	627
Contribuição patronal	(3.683)	(4.243)	(8.312)	(7.510)
Total	(3.710)	(4.225)	(8.369)	(7.602)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

São partes relacionadas as pessoas físicas integrantes do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e da Diretoria, assim considerados como pessoal-chave da Administração, que receberam nos semestres findos os seguintes valores constituídos de remuneração, encargos e benefícios:

	2021	2020
Benefícios de curto prazo	7.305	5.662
Diretoria	6.831	5.114
Conselho de Administração	360	438
Comitê de Auditoria	114	110
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	340	128
Total	7.645	5.790

c) Agência de Fomento da Paraná S/A – FOMENTO PR

No 1º semestre de 2021, o BRDE concedeu empréstimo, em condições similares aos demais clientes do BRDE, a Agência de Fomento do Paraná (FOMENTO PR), cujo controlador é o Estado do Paraná, um dos sócios do BRDE, sendo que o saldo em 31/12/2021 é de R\$ 9.621.

25. GERENCIAMENTO DE RISCO, GESTÃO DE CAPITAL E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O gerenciamento de riscos do BRDE é desenvolvido em conformidade com as provisões da Resolução 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional aplicáveis às instituições financeiras enquadradas no segmento S3 e como normativos internos, e é baseado em objetivos e políticas estabelecidos pelo Conselho de Administração conforme consolidado na Declaração de Apetite a Riscos do BRDE.

Para alcançar seus objetivos estratégicos, o BRDE assume riscos de diferentes tipos e naturezas inerentes à prática bancária, e para isso define os níveis aceitáveis de riscos que está disposto a incorrer e mantém controles para sua identificação, mensuração, mitigação, acompanhamento e reporte, além de gerencia-los por meio de processos específicos que enfatizam a integridade, a efetividade, a prudência e a responsabilidade pública. O BRDE dispõe de políticas, planos, normas e procedimentos que orientam o gerenciamento dos riscos, proporcionando uma base normativa uniforme e coerente que assegura uma estrutura de controle compatível com a natureza de suas

operações; com a complexidade de suas atividades, processos e sistemas; e com a dimensão de sua exposição ao risco. Tais processos estão inseridos na estrutura de gerenciamento de riscos, coordenada por área específica, apartada das unidades de negócio e de suporte, subordinada ao diretor responsável pelo gerenciamento de risco (CRO), e supervisionada por comitê interno específico vinculado ao Conselho de Administração e composto por membros externos à instituição.

O Banco Central do Brasil estabelece que as instituições financeiras possuam um patrimônio de referência suficiente para fazer face aos riscos a que estão expostas, em função das atividades por elas desenvolvidas. Os ativos ponderados por risco (RWA, da sigla em inglês para *Risk Weighted Assets*) são a medida da necessidade de patrimônio mínimo das instituições financeiras para fazer frente aos riscos associados a suas atividades. No período ora reportado, o BRDE cumpriu os requisitos de capital previstos na legislação em vigor.

O BRDE não recebe depósitos à vista e nem conta com fundos de natureza fiscal ou parafiscal. No fechamento do período ora reportado, captou R\$ 30.000 mil por meio da emissão de recibos de depósito bancário – RDBs, a serem alocados em operações de crédito. Desta forma, seu capital é composto exclusivamente pelo capital social e pelas reservas de capital acumuladas. O BRDE mantém ainda plano trienal de contingência de capital, identificando as ações a serem consideradas em possíveis cenários de crise de capital, com a definição da governança necessária para o reestabelecimento dos padrões adequados. Os procedimentos de gestão de capital incluem a análise mensal pela área gerenciamento de riscos e apreciação periódica pelos comitês de riscos, de gestão, e de auditoria, bem como pela Diretoria e Conselho de Administração. O constante monitoramento da adequabilidade de capital, através dos controles supracitados, visa antever a possibilidade de ocorrência de eventos de contingência, possibilitando ações corretivas e mitigadoras, de acordo com o Plano de Contingência de Capital.

26. CAPITAL REGULAMENTAR E EXIGÊNCIA DE CAPITAL

De acordo com os critérios estabelecidos nas Resoluções CMN nº 4.955 e 4.958/2021, e demais normas complementares, apresentamos os valores do Patrimônio de Referência, dos Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de Basileia, na data de 31 de dezembro.

	2021	2020
Patrimônio de Referência	3.381.134	3.084.195
Total de ativos ponderados por risco (RWA)	16.515.896	16.559.952
Risco de Crédito - RWACPAD	15.230.007	15.346.353
Risco de Mercado - RWAMPAD	112.887	3.867
Risco Operacional - RWAOPAD	1.173.002	1.209.732
Índice de Basileia	20,47	18,62

27. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Em cumprimento ao art. 35 da Resolução BCB n.º 2/2020 apresentamos 3 cenários para os testes de sensibilidade: um cenário pessimista e dois otimistas. Para definição destes cenários, consideramos o atual momento da economia, impactado pela pandemia causada pela COVID-19, a retomada gradual e a projeção dos juros para 2022 e seus efeitos nos principais itens de balanço:

- ➔ Qualidade da carteira de crédito: para o principal item do balanço do BRDE foram elaborados, pela área responsável, cenários de migração da provisão considerando o porte das empresas, suas áreas de atuação, possíveis recuperações e o seu efeito no resultado.
- ➔ Resultado da intermediação financeira: considerando a relação entre a disponibilidade de *funding* e a procura por crédito;
- ➔ Receita financeira: os cenários foram definidos mantendo o rendimento do CDI ou apresentando uma variação de 1 ponto percentual para cima ou para baixo;
- ➔ Provisão para contingências: possível aumento visto o momento de incertezas que a economia se encontra;
- ➔ Créditos tributários: impacto resultante da movimentação ocorrida nos itens e cenários acima descritos;

O quadro a seguir apresenta os indicadores utilizados em cada cenário e o seu efeito no resultado:

Cenários	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Item sensibilizado	Qualidade da carteira de crédito – variação da PCLD		
Premissa	Aumento de 5%	Redução de 5%	Redução de 10%
Efeito no resultado	(17.303)	17.303	34.605
Item sensibilizado	Resultado bruto da intermediação financeira		
Premissa	Redução de 5%	Aumento de 10%	Aumento de 15%
Efeito no resultado	(32.726)	65.452	98.177
Item sensibilizado	Resultado de receita financeira		
Premissa	CDI -1%a.a.	CDI	CDI +1%a.a.
Efeito no resultado	118.304	127.781	137.216
Item sensibilizado	Aumento da provisão para contingências		
Premissa	Redução de 5%	Aumento de 5%	Aumento de 10%
Efeito no resultado	4.919	(4.919)	(9.839)
Item sensibilizado	Impacto nos créditos tributários		
Premissa	Aumento de 5%	Redução de 5%	Redução de 10%
Efeito no resultado	9.234	(9.234)	(18.468)

DIRETORIA

Diretor-Presidente

WILSON BLEY LIPSKI

Diretor Vice-Presidente e Diretor de
Acompanhamento e Recuperação de Créditos

MARCELO HAENDCHEN DUTRA

Diretor de Planejamento
OTOMAR OLEQUES VIVIAN

Diretora de Operações
LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS

Diretor Financeiro
EDUARDO PINHO MOREIRA

Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS BORGES DA SILVEIRA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

WILSON BLEY LIPSKI

Conselheiros

WAGNER CARLOS AICHNER

JULIANA BALDESSAR WEBER BECKER

WAGNER MARCOS SALAI

PEDRO FERNANDO DE ALMEIDA NERY FERREIRA

VANESSA NEUMANN SULZBACH

JOÃO BIRAL JUNIOR

MARISA MARQUES DE TOLEDO CAMARGO BARROSO MAGNO

FABIANO MEASSI

Contador Geral – CRCRS – 70.237/O-6



Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar - Chácara das Pedras
91.330-001- Porto Alegre - RS - Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Aos

Controladores e aos Diretores do

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE

Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do conglomerado prudencial do Banco em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Ênfases

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas pela diretoria do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2, às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, a qual descreve as reapresentações efetuadas sobre os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, relacionados a reclassificações de: (i) saldos de aplicações em fundos de investimentos de disponibilidades para instrumentos financeiros na subconta de títulos e valores mobiliários, em decorrência da natureza das operações; e (ii) dos saldos de resultado com instrumentos financeiros derivativos para resultado com títulos e valores mobiliários, também em decorrência da natureza das operações. Nesse contexto, os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23, ou CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do Banco.

Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, em 31 de dezembro de 2021, o saldo bruto de operações de crédito é de R\$ 14.115.588 mil, para o qual foram constituídas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 346.053 mil, sendo que durante o exercício foram reconhecidas receitas com operações de crédito e despesa com provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito nos montantes de R\$ 1.241.434 mil e R\$ 33.639 mil, respectivamente. A diretoria exerce julgamento para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, bem como considera a expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente, com base na experiência passada, cenário atual e perspectivas futuras.

Consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) das garantias recebidas para as operações de crédito concedidas, que podem impactar o nível de provisionamento a ser considerado; (iii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iv) do julgamento da diretoria em relação à atribuição de “ratings” que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; e (v) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria abordaram entre outros, o entendimento do processo estabelecido pela diretoria, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de “rating” por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) análise de garantias recebidas; (v) atualização tempestiva de informações dos tomadores de crédito; (vi) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal e (vii) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos à análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos “ratings” atribuídos e indicadores de dias em atraso e envio de cartas de confirmação de saldo diretamente com os tomadores de crédito selecionados; além do confronto do total da base de dados com os respectivos registros contábeis. Adicionalmente, procedemos com a avaliação dos critérios prudenciais estabelecidos pela diretoria do Banco para constituição de provisão de perda esperada adicional ao mínimo estabelecido pela Resolução 2.682/99 do CMN, incluindo as análises preparadas pela diretoria do Banco.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria para apuração e registro contábil das operações de crédito e da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, assim como as divulgações efetuadas na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial tomadas em conjunto.

Planos de benefício pós-emprego

O Banco possui passivos atuariais relacionados a planos de benefícios pós-emprego que, conforme mencionado na nota explicativa nº 23 às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, compreendem benefícios de previdência e programa de assistência à saúde, totalizando R\$ 237.300 mil, em 31 de dezembro de 2021. Consideramos como um dos principais assuntos de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas de longo prazo, tais como: mortalidade geral; entrada em invalidez; custos médicos; crescimento salarial; composição familiar; taxa de desconto e inflação.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Com o suporte de nossos especialistas atuariais procedemos, dentre outros procedimentos, a análise da metodologia e das principais premissas utilizadas pela diretoria na avaliação das obrigações atuariais decorrentes dos planos de benefício pós-emprego, verificamos a exatidão matemática do cálculo das reservas e analisamos a consistência dos resultados face aos parâmetros utilizados e às avaliações anteriores. Também fez parte dos procedimentos de auditoria a realização de testes de integridade das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas aos planos de benefício pós-emprego nas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os planos de benefício pós-emprego, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das obrigações atuariais adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 23 às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial tomadas em conjunto.

Recuperabilidade dos créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2021, o Banco mantém registrado ativo fiscal diferido no valor de R\$ 283.447 mil, conforme apresentado em nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, constituído substancialmente sobre diferenças temporárias na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, decorrentes principalmente de perdas com créditos temporariamente indedutíveis e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, para contingências e para benefícios pós-emprego.

Consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria devido a relevância do montante registrado e razoável grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura do Banco e do estudo de realização desses ativos, conforme descrito na nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Dentre outros procedimentos, envolvemos nossos especialistas tributários para validação das bases de cálculo tributáveis e da movimentação do crédito em concordância com a legislação vigente. Ainda analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela diretoria no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros, bem como o atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil. Verificamos a exatidão matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como a consistência com as avaliações anteriores, a razoabilidade das premissas utilizadas e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos tributários, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os saldos registrados e os critérios e premissas relacionadas ao estudo de realização, incluindo as projeções de resultados futuros, preparados pela diretoria do Banco, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais

O Banco elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações e contendo a mesma ênfase acima descrita sobre a rerepresentação dos valores correspondentes, em XX de março de 2022.

Demonstrações do resultado abrangente (DRA) e do valor adicionado (DVA)

As demonstrações do resultado abrangente (DRA) e do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria do Banco, e apresentadas como informação suplementar às disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 2 do Banco Central do Brasil e Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - "Demonstração do Valor Adicionado", respectivamente. Em nossa opinião, essas demonstrações do resultado abrangente e do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Resolução e nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

A diretoria do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que a diretoria determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 25 de março de 2022

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-7


Renata Zanotta Calçada
Contadora CRC - RS 062793/O-8

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA Período findo em 31.12.2021

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria - COAUD é um órgão estatutário do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, constituído em 22 de junho de 2016, com suas atividades definidas pela Lei nº 13.303/2016 e nos termos da Resolução do CMN nº 3.198, de 27/05/2004, substituída pela Resolução CMN 4.910, de 27/05/2021, vigente a partir 01/01/2022. As informações constantes deste relatório são as requeridas pelas normas supracitadas que estabelecem que o Comitê de Auditoria deve elaborar, ao final dos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro, documento denominado relatório do comitê de auditoria. Durante o 2º semestre de 2021, ocorreram três reuniões, com periodicidade bimestral, onde foram exercidas as atribuições regulamentares, entre essas, a análise das demonstrações financeiras da data-base de 31.12.2021, a elaboração e aprovação do Relatório do Comitê de Auditoria relativo às atividades desenvolvidas no período, e o resumo a seguir:

I - AUDITORIA INTERNA

O Comitê avaliou as atividades da Auditoria Interna, atestando a efetividade e adequação dos procedimentos e do cumprimento de dispositivos legais e normativos internos e externos aplicáveis ao BRDE. Também acompanhou a evolução do atendimento pelas áreas gestoras, das recomendações emitidas pela AUDIN e pela auditoria independente, objetivando a mitigação dos riscos identificados, bem como as informações dos órgãos de supervisão e fiscalização.

II - SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

O Comitê avaliou as atividades da Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, atestando a efetividade dos sistemas de controle interno da Instituição no cumprimento dos dispositivos legais. O Comitê tomou ciência do início do processo de revisão e atualização da matriz de riscos do BRDE, ratificando a importância da questão para o sistema de controles internos.

III - AUDITORIA INDEPENDENTE

O Comitê avaliou como satisfatória a qualidade e o detalhamento das informações fornecidas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre as demonstrações financeiras do BRDE e demais relatórios obrigatórios e/ou contratuais, não tendo sido constatadas situações que possam prejudicar a independência dos auditores.

IV - SUPERINTENDÊNCIA FINANCEIRA

Em atendimento às atribuições de revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente, o Comitê de Auditoria apreciou os seguintes documentos: as Demonstrações Financeiras do BRDE; as Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial; Demonstrações Financeiras de acordo com as IFRS; Estudo técnico dos créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social; conteúdo do Relatório de Administração e Socioambiental; e Relatórios dos Auditores Independentes, referentes à data-base de 31 de dezembro de 2021. Com base nas atividades desenvolvidas, e com o respaldo da auditoria interna, não foi identificado descumprimento das normas, atos ou omissão por parte dos administradores do BRDE que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que coloquem em risco a fidedignidade das informações publicadas, assim como não foram observadas situações nas quais existam divergências significativas entre a Administração, os Auditores Independentes e o Comitê de Auditoria. Desta forma, concluímos que as demonstrações financeiras do Banco Regional de Desenvolvimento de Extremo Sul – BRDE foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares. Deste modo, recomendamos a sua aprovação e encaminhamento ao Conselho de Administração.

Porto Alegre, 21 de março de 2022.

**Alex Mussoi
Ribeiro**

Assinado de forma
digital por Alex Mussoi
Ribeiro
Dados: 2022.03.23
11:09:03 -03'00'

ALEX MUSSOI RIBEIRO
Coordenador do Comitê de Auditoria
Representante do Estado de SC

**Lauren de
Vargas
Momback**

Assinado de forma digital
por Lauren de Vargas
Momback
Dados: 2022.03.23 15:26:07
-03'00'

LAUREN DE VARGAS MOMBACK
Integrante do Comitê de Auditoria
Representante do Estado do RS

**EDERSON JOSE
PINHEIRO**
COLACO:03475527
901

Assinado de forma digital por
EDERSON JOSE PINHEIRO
COLACO:03475527901
Dados: 2022.03.23 11:51:28
-03'00'

EDERSON J. PINHEIRO COLAÇO
Integrante do Comitê de Auditoria
Representante do Estado do PR